

**Regime Próprio de  
Previdência do Município  
De São José do Rio Preto  
RIOPRETOPREV**

**Demonstrações contábeis referentes ao  
exercício findo em 31 de dezembro de 2019  
e relatório dos auditores independentes**

**Award Auditores Independentes**

# **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos diretores do  
Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV  
São José do Rio Preto - SP

## **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado (variações patrimoniais), o balanço financeiro e o balanço orçamentário para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social.

## **Base para opinião com ressalva**

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possui saldo de aplicações financeiras de R\$ 15.729 mil com resgate após 365 dias e que estava registrado no ativo circulante. Conseqüentemente, o ativo circulante está aumentado e o ativo não circulante diminuído neste montante.

Conforme nota explicativa nº 3.1, o Município de São José do Rio Preto editou a Lei Complementar 545 de 6 de setembro de 2017, que transfere o direito de recebimento de créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este processo teve seu trânsito julgado e estava em processo de habilitação para o recebimento de precatórios, mas o IPESP impetrou recursos que foram inadmitidos, sendo a decisão mais recente em 9 de março de 2020. A Entidade aguarda a finalização do processo para considerar a atualização do saldo registrado. Devido à natureza do processo e por tratar-se de recebimento futuro de outra autarquia, não é possível concluir acerca da necessidade ou não de correção monetária dos valores, ajuste a valor presente ou provisão para deságio do valor registrado de R\$ 155.700 mil.

13 de março de 2020

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outros assuntos**

### Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para que em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possui R\$ 91.192 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013. Estes imóveis são avaliados por meio de laudo, entretanto a realização efetiva pelo montante registrado e sua liquidez dependerão das condições de mercado no momento da alienação.

### Projeto de Lei 08/2020

Conforme nota explicativa nº 12, em 27 de fevereiro de 2020, o prefeito do município de São José do Rio Preto, encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei complementar 08/2020 que reajusta a tabela de vencimentos e salários dos servidores, bem como altera as alíquotas de contribuição para a Entidade. Este projeto alterará a posição do passivo atuarial da Entidade.

### Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis do exercício anterior foram por nós auditadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 14 de março de 2019 com as seguintes ressalvas: (a) realização do saldo de R\$ 155.700 mil do processo do IPESP ainda em discussão judicial, (b) utilização de laudo atuarial com dados de exercício anterior ao apresentado e corrigido no exercício corrente e (c) não preparação e contabilização de ações judiciais em andamento com probabilidade de perda provável, sendo preparado para o exercício corrente e com montante não relevante considerado pela administração. Adicionalmente, incluímos ênfase em relação ao valor de realização de imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto no montante de R\$ 91.192 mil.

13 de março de 2020

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

13 de março de 2020

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José do Rio Preto, 13 de março de 2020.

AWARD

Award Auditores  
Independentes S/S  
CRC 2SP029373/O-2

  
Noroel Alcantara da Silva Júnior  
Sócio  
Contador CRC 1SP216778/O-1

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercício de 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>123.687.812,71</b>	<b>7.800.812,71</b>
CONTRIBUIÇÕES	113.564.400,00	113.564.400,00	110.859.627,00	-2.704.773,00
Contribuições Sociais	113.564.400,00	113.564.400,00	110.859.627,00	-2.704.773,00
RECEITA PATRIMONIAL	582.300,00	582.300,00	316.481,78	-265.818,22
Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado	132.000,00	132.000,00	231.466,67	99.466,67
Valores Mobiliários	450.300,00	450.300,00	85.015,11	-365.284,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.740.300,00	1.740.300,00	12.511.703,93	10.771.403,93
Indenizações, Restituições E Ressarcimentos	32.500,00	32.500,00	13.295,58	-19.204,42
Demais Receitas Correntes	1.707.800,00	1.707.800,00	12.498.408,35	10.790.608,35
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>123.687.812,71</b>	<b>7.800.812,71</b>
<b>REFINANCIAMENTO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>123.687.812,71</b>	<b>7.800.812,71</b>
<b>DÉFICIT (IV)</b>		<b>28.959.000,00</b>	<b>15.728.075,76</b>	
<b>TOTAL (V) = (III + IV)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>144.846.000,00</b>	<b>139.415.888,47</b>	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	28.959.000,00			
Superávit Financeiro	28.959.000,00			
Reabertura de créditos adicionais	0,00			

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercicio de 2019

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
DESPESAS CORRENTES	115.837.000,00	144.796.000,00	139.398.740,47	139.353.398,07	139.323.893,02	5.397.259,53
Pessoal E Encargos Sociais	113.060.000,00	141.705.000,00	137.336.587,04	137.336.587,04	137.334.195,59	4.368.412,96
Outras Despesas Correntes	2.777.000,00	3.091.000,00	2.062.153,43	2.016.811,03	1.989.697,43	1.028.846,57
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	17.148,00	17.148,00	17.148,00	32.852,00
Investimentos	50.000,00	50.000,00	17.148,00	17.148,00	17.148,00	32.852,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>144.846.000,00</b>	<b>139.415.888,47</b>	<b>139.370.546,07</b>	<b>139.341.041,02</b>	<b>5.430.111,53</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>144.846.000,00</b>	<b>139.415.888,47</b>	<b>139.370.546,07</b>	<b>139.341.041,02</b>	<b>5.430.111,53</b>
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>						
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>115.887.000,00</b>	<b>144.846.000,00</b>	<b>139.415.888,47</b>	<b>139.370.546,07</b>	<b>139.341.041,02</b>	

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercicio de 2019

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	0,00	118.413,97	117.157,53	117.157,53	1.256,44	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	3.604,17	3.604,17	3.604,17	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	114.809,80	113.553,36	113.553,36	1.256,44	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	118.413,97	117.157,53	117.157,53	1.256,44	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	0,00	32.938,41	32.938,41	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	32.938,41	32.938,41	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	0,00	1.120,00	1.120,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	1.120,00	1.120,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	34.058,41	34.058,41	0,00	0,00

**Balanco Financeiro**

Exercício de 2019

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Ordinária</b>		<b>Ordinária</b>	
<b>Vinculada</b>		<b>Vinculada</b>	
Alienação de Bens		Alienação de Bens	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural		Educação	
Educação		Saúde	
Saúde		Trânsito	
Trânsito		Assistência Social	
Assistência Social		Regime Próprio de Previdência	139.415.888,47
Regime Próprio de Previdência	123.687.812,71	Convênio com Recursos Ordinários	139.415.888,47
Convênio com Recursos Ordinários		<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	123.687.812,71	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>	
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>RESTOS A PAGAR</b>	
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>		Liquidados no Período	151.215,94
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</b>	
Inscritos no Período	74.847,45	Liquidados no Período	
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</b>		<b>DEPÓSITOS</b>	
Inscritos no Período		Restituições no Período	22.085.159,31
<b>DEPÓSITOS</b>		<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	
Recebidos no Período	23.233.267,42	Conforme Anexo 13-A	983.144.185,12
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	
Conforme Anexo 13-A	1.042.330.755,35	<b>DISPONÍVEL</b>	
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	
<b>DISPONÍVEL</b>		Caixa	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		Bancos c/ Movimento	
Caixa		Aplicações Financeiras	
Bancos c/ Movimento		Aplicações Financeiras - RPPS	375.157.632,30
Aplicações Financeiras			375.157.632,30
Aplicações Financeiras - RPPS	330.627.398,21		
	330.627.398,21		
<b>TOTAL</b>		<b>TOTAL</b>	
	1.519.954.081,14		1.519.954.081,14

**ANEXO 14**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Exercício de 2019**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	622.301.538,95	577.689.924,74	PASSIVO	622.301.538,95	577.689.924,74
ATIVO CIRCULANTE	375.257.996,80	330.629.353,19	PASSIVO CIRCULANTE	3.185.096,17	2.369.685,54
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	100.364,50	1.954,98	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.006.306,64	2.332.059,31
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	375.157.632,30	330.627.398,21	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	27.113,60	34.058,41
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	247.043.542,15	247.060.571,55	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.151.675,93	3.567,82
Ativo Realizável a Longo Prazo	155.709.275,24	155.709.275,24	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	667.217.417,41	672.907.417,25
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	155.709.275,24	155.709.275,24	Provisões a Longo Prazo	622.320.955,13	564.940.042,06
Investimentos	91.191.878,80	91.191.878,80	Resultado Diferido	44.896.462,28	107.967.375,19
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	91.191.878,80	91.191.878,80	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-48.100.974,63	-97.587.178,05
Aplicação em Segmento de Imóveis	91.191.878,80	91.191.878,80	Resultados Acumulados	-48.100.974,63	-97.587.178,05
Imobilizado	142.388,11	159.417,51	Resultado do Exercício	49.486.203,42	-135.731.571,34
Bens Móveis	246.365,60	229.217,60	Resultado de Exercícios Anteriores	-97.398.418,59	38.333.152,75
(-) Depreciação Acumulada	-103.977,49	-69.800,09	Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.759,46	-188.759,46
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	375.257.996,80	330.629.353,19	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	1.226.523,38	156.040,20
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	247.043.542,15	247.060.571,55	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	669.221.332,60	675.239.476,56
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	-48.146.317,03	-97.705.592,02	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	0,00	0,00

<u>Compensações</u>					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

Anexo 1: Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

**ANEXO 15**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**Exercício de 2019**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.108.552.414,63</b>	<b>268.783.444,72</b>	<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.059.066.211,21</b>	<b>404.515.016,06</b>
CONTRIBUIÇÕES	110.859.627,00	99.105.646,11	PESSOAL E ENCARGOS	4.509.360,84	2.287.844,64
Contribuições Sociais	110.859.627,00	99.105.646,11	Remuneração A Pessoal	4.238.268,93	2.020.742,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	65.866.251,62	43.402.487,54	Encargos Patronais	271.091,91	267.102,22
Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	65.866.251,62	43.402.487,54	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	132.502.686,25	113.702.939,81
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	7.358.582,05	Aposentadorias E Reformas	114.602.259,79	97.640.581,26
Reavaliação De Ativos	0,00	7.358.582,05	Pensões	11.213.847,53	10.692.321,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	931.826.536,01	118.916.729,02	Outros Benefícios Previdenciários E Assistenciais	6.686.578,93	5.370.036,78
Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas	856.012.452,50	65.488.984,53	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	778.109,19	816.316,20
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	75.814.083,51	53.427.744,49	Uso De Material De Consumo	12.449,55	30.378,04
			Serviços	731.482,24	761.038,79
			Depreciação, Amortização E Exaustão	34.177,40	24.899,37
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.496.256,76	22.995.998,71
			Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas	6.496.256,76	22.995.998,71
			TRIBUTARIAS	1.256.062,51	1.015.156,04
			Contribuições	1.256.062,51	1.015.156,04
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	913.523.735,66	263.696.760,66
			Vpd De Constituição De Provisões	913.393.365,57	263.696.760,66
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	130.370,09	0,00

**Resultado Patrimonial do Período: 49.486.203,42 -135.731.571,34**

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação de ativo	17.148,00	4.919,00
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00



---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO – RIOPRETOPREV, ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Criado pela Lei Complementar Municipal nº 139 de 28/12/2001, com as alterações introduzidas pelas L.C. nº 197/04; nº 203/05; nº 216/05 e nº 364/12 e nº 566/2018  
De conformidade com a legislação mencionada são Órgãos de entidade:

Conselho Municipal de Previdência  
Conselho Fiscal  
Diretoria  
Comitê de Investimentos

## **1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

### **1.1 - Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras com vencimento futuro, tiveram seus rendimentos apropriados pelo regime de competência, apurados para o exercício em curso.

## **2 - ATIVO CIRCULANTE**

### **2.1 - Tesouraria**

A entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias dos mesmos, para recuperação em caso de eventual sinistro.

Todos os documentos da Tesouraria foram arquivados corretamente, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

### **2.2 - Caixa**

A entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários, mantendo o Fundo Caixa Brasil Disponibilidade vinculado a conta corrente com aplicações e resgates automáticos.



### 2.3 - Bancos conta movimento

A movimentação financeira da entidade é feita por meios bancários em conta do Banco do Brasil S/A – (Agencia 57-4 conta 20242-8) e na Caixa econômica Federal (Agencia 0631 – conta 006 - 440-5) com aplicação e resgates automáticos no Fundo Caixa Brasil Disponibilidades e Fundo BB Previdenciário RF Fluxo FIC, portanto, não havia saldo nestas contas correntes em 31/12/2019.

### 2.4 - Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2019 havia valor a receber no montante de R\$.100.364,50, relativos a pagamentos do RPPS a aposentados e pensionistas, de subsídio referente a convênio médico a ser reembolsados pela Prefeitura e Câmara Municipal.

### 2.5 - Investimentos

Em 31/12/2019 os Investimentos totalizam **R\$.466.349.511,10** que estão divididos entre aplicações em Fundos e Imóveis

#### FUNDOS

O valor aplicado em fundos é de R\$. 375.157.632,30, investidos da seguinte forma:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2019
BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8	96.043.515,97
BANCO SANTANDER BRASIL S/A- conta 2-4	15.976.380,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 47952-0 – projeto prepare-se	1.315,99
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5	119.214.309,42
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 669-6 - COMPREV	37.378.550,33
BANCO BRADESCO S/A – conta 45100-2	57.154.692,35
BANCO BRADESCO S/A – conta 586280-9 - XP INVESTOR FIA	4.657.594,51
BANCO BRADESCO S/A – C/ 651919-9 - XP DIVIDENDOS FIA	3.002.782,73
BANCO SAFRA S/A – CONTA 5657-4	3.276.342,80
BANCO CITBANK – Conta 3484559-3 - FUNDOS WESTERN	33.433.633,29
FUNDO KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTIT I FIP MULTISTRATEGIA	5.018.514,27
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>375.157.632,30</b>

#### IMÓVEIS

Os imóveis não sofreram valorização no ano permanecendo com o valor de R\$.91.191.878,80. Os imóveis existentes e os incorporados foram reavaliados por comissão competente que emitiu laudo para o período de 2019, conforme mencionado no quadro abaixo:

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2018	Reavaliação no exercício	Valor final 2019
IMÓVEIS	91.191.878,80	0,00	91.191.878,80



---

**TOTAL DOS INVESTIMENTOS ..... 466.349.511,10**

### **3 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO**

#### **3.1 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**

##### Repasse de direitos creditórios por parte da prefeitura para pagamento da alíquota suplementar

O Município de São José do Rio Preto entrou com ação para ressarcimento de créditos pagos indevidamente no período de 1962 a 1998, que originou o processo 0037985-46.2008.26.0576 contra o IPESP – Instituto e Previdência do Estado de São Paulo. Em 23 de agosto de 2012, foi emitido laudo por perito nomeado pelo Tribunal de Justiça para efetuar os devidos cálculos do crédito. O laudo demonstrou nesta data saldo de R\$73.319.200,80. Em 25 de março de 2014, foi julgado recurso do processo e pelo acórdão com voto 29149, bem como registro 2014.0000183943, deu parcial provimento aos recursos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. Este recurso foi movido em conjunto com a RIOPRETOPREV devido a ter sido a sucessora do plano de previdência do município por meio de Regime próprio.

Em 31 de julho de 2017, foi apresentada nova atualização de valores por meio de laudo de perito nomeado pelo Tribunal de Justiça com o trânsito em julgado. O valor considerado foi de R\$ 155.709.227,80.

Em 6 de setembro de 2017 foi editada a Lei Complementar 545 do Município de São José do Rio Preto, em que este passa a custear, a partir do exercício de 2018, contribuição suplementar estabelecida pela Lei 396/2013 e alterada pela Lei 532/2017. Assim, o Município por meio da Lei, transferiu à RIOPRETOPREV os direitos sobre os créditos oriundos do processo em questão pelo valor do laudo apresentado em 31 de julho de 2017. A execução judicial está representada pelo processo 0021416-52.2017.8.26.0576.

Adicionalmente, esta Lei altera o parágrafo 3º do artigo da Lei 396/2013 para:

*“a contribuição suplementar prevista na tabela do caput deste artigo poderá ocorrer mediante a transferência de bens móveis ou imóveis, direitos e demais ativos de qualquer natureza, inclusive créditos provenientes de ação judicial ou inseridos na dívida ativa municipal, de titularidade do Município ao Regime Próprio de Previdência de São José do Rio Preto, que se tornem viáveis ao alcance da finalidade prevista nesta Lei complementar, desde que garantidas a solvência e liquidez em prazo compatível com as obrigações do plano de benefícios.”*

Esta Lei Complementar do Município está respaldada pelo artigo 249 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que também é remetido pela Portaria nº 403/08 do Ministério da Previdência Social em seu artigo 19, parágrafo 3º.



Então, em 27 de novembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de decisão, homologou os cálculos supramencionados. Houve assim a autorização da habilitação para precatórios. A Entidade está em processo de execução e os efetivos ajustes a serem consignados nas demonstrações contábeis dependem da finalização dos procedimentos e recebimento dos valores. A Entidade decidiu por reconhecer o valor informado na decisão judicial de R\$ 155.709.227,80. Assim sendo, não efetuou qualquer atualização monetária do período da emissão do laudo de 31 de julho de 2017 até o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O IPESP apresentou ainda agravo de instrumento que foi negado provimento. Posteriormente, apresentou embargos de declaração que também foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 8 de novembro 2019. O IPESP ainda interpôs recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição da República e incita que houve violação do artigo 1º do decreto 20.910/32 e divergência jurisprudencial. Em 9 de março de 2020, o mesmo tribunal inadmitiu tal recurso. Independentemente dos recursos interpostos e o último que possa ocorrer, a Administração entende que a probabilidade de sucesso do IPESP é mínima.

#### **4 - ATIVO PERMANENTE**

##### **4.1 - Bens Patrimoniais**

Os bens patrimoniais foram contabilizados pelo seu valor de aquisição, sendo que a entidade procedeu sua atualização a valor corrente e a devida depreciação, apresentando o valor de R\$.142.388,11.

<b>Tipo de Bem</b>	<b>Valor em 31/12/2018</b>	<b>Valor Incorporado em 2019</b>	<b>Depreciação e Reavaliação em 2019</b>	<b>Valor final 2019</b>
MÓVEIS	159.417,51	17.148,00	(-) 34.177,40	142.388,11

#### **4 - PASSIVO CIRCULANTE**

##### **4.1 - Obrigações trabalhistas/ Previdenciárias/ Assistenciais**

O valor de R\$. 2.006.306,64, constante da presente conta, refere-se a provisão de férias dos servidores e precatórios no valor de 1.855.871,12, ambos exigíveis no exercício de 2020

##### **4.2 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

O valor de R\$.27.113,60, constante da presente conta, refere-se a débitos com fornecedores com vencimento no ano de 2020.

##### **Demais Obrigações a Curto Prazo**

As obrigações a curto prazo no valor de R\$.1.151.675,93, referem-se a valores de terceiros retidos em 2019 a repassar no ano de 2020 (IRRF, ISS e INSS).



## 5 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 5.1 - Provisões a Longo Prazo

O valor de R\$.622.320.955,13 constante da presente conta, trata-se do resultado das Reservas Matemáticas a longo prazo, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual em conformidade com o artigo 14 da Portaria MPS 403/2008 e suas alterações.

<b>Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos</b>	<b>1.371.762.380,97</b>
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do Plano Previdenciário	1.480.273.822,51
Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	(50.549.816,63)
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	(1.535.618,25)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	(56.426.006,66)
<b>Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder</b>	<b>864.314.940,46</b>
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	1.741.350.586,30
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	(399.599.723,57)
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(363.512.404,08)
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	(113.923.518,19)
<b>Plano Previdenciário – Plano de Amortização</b>	<b>(1.843.276.082,81)</b>
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitario	229.519.716,51
<b>SALDO</b>	<b>622.320.955,13</b>

### 5.2 - Resultado Diferido

O valor de R\$.44.896.462,28 constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência de crédito a receber do IPESP-Proc.0037985-46.2008.8.26.0576-2ª Vara FP-SJRPRETO- LC 545/2017 no valor de R\$. 155.709.275,24, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015, Lei Complementar 531 de 16/03/2017 e Lei Complementar nº 566/2018

### 5.3 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2019, os assessores jurídicos da Entidade entendem que existem demandas judiciais com estimativa de perda possível no montante de R\$ 6.368.161,70 consideradas como perdas possíveis.

## 6 - PATRIMÔNIO

TÍTULO	2019	2018
Patrimônio Líquido	-48.100.974,63	-97.587.178,05
Resultados Acumulados	-48.100.974,63	-97.587.178,05
Resultado do Exercício	49.486.203,42	-135.731.571,34
Resultado de exercícios anteriores	-97.398.418,59	38.333.152,75
Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.759,46	-188.759,46

# Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto

Autarquia criada pela lei 139 de 28 de dezembro de 2001



PREFEITURA DE  
**RIO PRETO**

## **6.1 - Resultado do Exercício**

O resultado financeiro do exercício foi deficitário em R\$.28.282.784,48, para dar fluxo aos pagamentos foi utilizada a reserva de superávits de exercícios anteriores. O resultado geral do exercício de 2019 foi superavitário em R\$.49.486.203,42, deste valor R\$.57.380.913,07 são relativos ao aumento das reservas matemáticas necessárias para cobertura do déficit atuarial, desconsiderando este valor, que é exigível no período de 30 anos, verificamos um superávit de R\$.106.867.116,49, conforme quadros abaixo:

### **RESULTADO DO EXERCÍCIO**

<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	
Contribuições Sociais .....	110.859.627,00
<b>TOTAL RECEITAS .....</b>	<b>110.859.627,00</b>
<b>DESPESAS E BENEFÍCIOS</b>	
Remuneração do Pessoal Ativo .....	4.238.268,93
Encargos Patronais .....	271.091,91
Aposentadorias ;.....	114.602.259,79
Pensões .....	11.213.847,53
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	6.686.578,93
Uso de Material de Consumo .....	12.449,55
Serviços de Terceiros.....	731.482,24
Contribuições Previdenciárias e Federais .....	1.256.062,51
Compensação Financeira Entre Rgps/Rpps .....	122.282,32
Outras Despesas, Indenizações e Restituições .....	8.087,77
<b>TOTAL DESPESAS .....</b>	<b>139.142.411,48</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO .....</b>	<b>(-)28.282.784,48</b>

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
Valorização dos Investimentos .....	65.866.251,62
(-)Desvalorização dos Investimentos.....	6.496.256,76.....
Compensação Financeira Entre Rgps/Rpps (COMPREV) .....	12.484.573,20
Outras Variações Aumentativas (Aluguel, atualiz. monetárias e outros)....	258.597,40
Apropriação de Contribuição Previdenciária Suplementar .....	<u>63.070.912,91</u>
<b>TOTAL VARIAÇÕES AUMENTATIVAS.....</b>	<b>135.184.078,37</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
Depreciação, Amortização e Exaustão .....	34.177,40
Constituição de Provisões Matemáticas .....	913.393.365,57
(-) Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias. ....	<u>57.380.913,07</u>
<b>TOTAL VARIAÇÕES DIMINUTIVAS.....</b>	<b>57.415.090,47</b>
<b>RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....</b>	<b>77.768.987,90</b>

**RESULTADO GERAL DO EXERCÍCIO. (Resultado Financeiro + Variações Patrimoniais). 49.486.203,42**



## 7 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado para utilização futura em pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09. Em 31/12/2019 este fundo contava com saldo acumulado de R\$.37.378.550,33

## 8 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos, limitados a 2%, em 2019 representaram 0,85% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09.

<b>Exercícios</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Remuneração	381.763.552,76	418.927.217,27	456.870.267,98	<b>496.046.432,25</b>
Despesas administrativas	3.750.469,10	3.683.873,56	3.899.524,17	<b>4.276.274,15</b>
<b>Percentual</b>	0,98	0,88%	0,85%	<b>0,86%</b>

## 9 - ENCARGOS SOCIAIS

Todos os encargos sociais da entidade, foram recolhidos nos respectivos vencimentos, inexistindo qualquer valor pendente de pagamento, ou pagamentos após o vencimento da obrigação.

## 10 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158, recolhido no ano de 2019 R\$.12.735.482,97;

## 11 - PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendencia, totalizando no ano de 2019 R\$.1.146.440,98.

## 12 - EVENTOS SUBSEQUENTES

### Projeto de lei complementar 08/2020

Em 27 de fevereiro de 2020, foi apresentado o projeto de lei complementar 08/2020 que “dispõe sobre o reajuste da tabela de vencimentos e salários dos servidores da

# Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto

Autarquia criada pela lei 139 de 28 de dezembro de 2001



administração direta e suas autarquias; altera as alíquotas de contribuição para o Regime Próprio de Previdência – RIOPRETOPREV; e dá outras providências”. Este projeto de lei alterará a posição do passivo atuarial da Entidade e a Administração está avaliando os impactos que serão refletidos nas demonstrações contábeis a serem encerradas no próximo exercício social.

## Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

Na data de emissão destas demonstrações contábeis a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de sua operação tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na nota explicativa de número 2.5. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19. A Entidade seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

Hélio Antunes Rodrigues  
Analista Contábil  
CRC-SP 162.962-O/0